

FORMAÇÃO EM MOVIMENTO

História e memórias de estudantes em contextos de lutas sociais

EDUCATION IN MOVEMENT

History and memories of students in contexts of social struggles

MARIANA ESTEVES DE OLIVEIRA¹

RESUMO

O texto resulta de pesquisa bibliográfica e exploratória realizada em 2021. O tema proposto é a reflexão sobre o Movimento Estudantil como parte da formação dos sujeitos entrevistados. A pesquisa realizada considerou a bibliografia de movimentos sociais como base teórica, a história do movimento estudantil no Brasil, apontando articulações com outros países, e o levantamento, via formulário, de memórias de ex-estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), sobre experiências vividas no movimento estudantil. Como resultado, as análises de conteúdo e crítica dos depoimentos nos permitem apontar permanências e mudanças nos repertórios de lutas estudantis, as demandas persistentes, como também inferir sobre a dimensão educadora do movimento estudantil.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. História da Educação. UFMS.

ABSTRACT

The text is the result of bibliographical and exploratory research carried out in 2021. The proposed theme is the reflection on the Student Movement as part of the training of the interviewed subjects. The research carried out considered the bibliography of social movements as a theoretical basis, the history of the student movement in Brazil, pointing out articulations with other countries, and the survey, via form, of memories of former students of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), about experiences lived in the student movement. As a result, the analysis of the content and criticism of the testimonies allow us to point out continuities and changes in the repertoires of student struggles, the persistent demands, as well as inferring about the educational dimension of the student movement.

Keywords: Social Movements. Student Movement. History of Education. UFMS.

¹ Professora Adjunta da UFMS/CPTL – Curso de História e PPGEdu. Doutora em História pela UFGD. Pesquisadora do INCT *Proprietas* e coordenadora do Grupo TRETAS (Trabalho, Experiência, Resistência, Tensões e Ativismos Sociais). *E-mail* da autora: mariana.esteves@ufms.br

INTRODUÇÃO

Quanto ao movimento social, este pode contentar-se em existir; ele já cria bastante problema, e não vamos pedir que, além disso, produza justificações. (Bourdieu, *Contrafogos*, 1998, p. 75-76).

Neste artigo propomos discutir sobre o movimento estudantil a partir de uma reflexão teórica, no campo historiográfico, acerca de movimentos sociais e suas representações na História Social. O debate teórico centra-se na ciência histórica, mas se articula de forma interdisciplinar, e é seguido de noções da história do movimento estudantil e, por fim, da análise crítico dialética em torno de depoimentos de doze ex-militantes que integraram o movimento quando estudantes na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), entre os anos 1980 e 2021.

Tais depoimentos, além de elucidarem sobre as experiências desses sujeitos em relação ao movimento estudantil, informam questões sobre mudanças e permanências nos repertórios de lutas nestes 40 anos, que muito dialogam com o exame da historiografia abordado para o debate. Os depoimentos foram obtidos em pesquisa exploratória por meio de formulários virtuais, devidamente autorizados para uso acadêmico por seus/suas depoentes, e especialmente dirigidos a egressos/as da UFMS, considerando importante cotejar memórias militantes e história do movimento estudantil fora do eixo dos grandes centros brasileiros, comumente acionados nas representações históricas sobre o movimento. Ademais, perquirimos os olhares e memórias a partir das pessoas que compunham as bases das lutas e buscamos, com isso, superar narrativas centralizadas apenas em lideranças e nos programas hegemônicos. Essas perspectivas demandam, para tanto, uma problematização às trajetórias e armadilhas teóricas que atravessam as ciências humanas em torno do tema, especialmente na História.

São inúmeras as chaves interpretativas disponíveis hoje para que as ciências humanas reconheçam os movimentos sociais como sujeitos e objetos privilegiados de pesquisas que explicitem as contradições presentes na realidade. Nas pesquisas históricas e educacionais posicionadas no campo do Materialismo Histórico e Dialético, as análises perseguem o conhecimento dos processos da realidade pelas suas contradições, conflitualidades, pelas

manifestações das lutas de classes, pelas articulações com a totalidade e, nesse sentido, os movimentos sociais expressam, com certa facilidade, as formas dessas abstrações teóricas que desvelam engrenagens sociais de difícil visibilidade, porque incidem nas experiências de conflitualidade. Ressalvamos, todavia, que Marx (2008) corretamente nos advertiu que se a aparência das coisas coincidissem com a sua essência, a ciência seria desnecessária. Portanto, não se pode esperar que objetos e fontes falem por si, é preciso discutir e operacionalizar os instrumentos teóricos e metodológicos que nos auxiliam nessa tarefa.

Neste campo de conhecimento, além dos fundamentos primordiais do Materialismo Histórico e Dialético, as propostas de debate em torno de objetos relativos aos movimentos sociais requerem, de historiadores e historiadoras, a admissão da interdisciplinaridade. Nos ajudam a conceituar os movimentos sociais os trabalhos oriundos das ciências sociais como da Sociologia e Ciência Política. Uma das autoras mais importantes no Brasil é a socióloga Maria da Glória Gohn, para quem os movimentos sociais são:

Ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas dos indivíduos organizarem e expressarem suas demandas. Definições clássicas citam como suas características básicas: uma identidade, um opositor, um conflito, e um projeto de vida e de sociedade. Eles adotam diferentes estratégias e repertórios de ação, da denúncia à pressão direta com mobilizações, protestos, manifestações, marchas, concentrações, ocupações, passeatas, atos de desobediência civil, negociações etc. Podem ter organização mais ou menos verticalizada, ou horizontalizada, e usualmente compõem-se de líderes, bases e mediadores (que podem ser externos), apresentando certa continuidade e permanência (Gohn, 2020, p. 103).

Ao discutir uma concepção de movimentos sociais como política, e atento às particularidades atribuídas aos movimentos sociais para a tarefa de conceituação e definição do que é (e o que não é), Charles Tilly adotou elementos que se assemelham à perspectiva de Gohn mas introduz critérios caros para a ciência histórica, ao prescrever uma tríade de itens que estão presentes à sua caracterização. Para ele, os movimentos sociais possuem em comum:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de campanha); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de repertório dos movimentos sociais); e Representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) (Tilly, 2010, pp.136-137).

Não seria exagero afirmar, ainda, considerando as características apresentadas pelos autores acima citados, que os movimentos sociais constituem experiências que tensionam o persistente direcionamento das sociedades do coletivo ao indivíduo, operado processualmente na lógica dominante do capitalismo, desde seu advento, na lenta acumulação primitiva iniciada com a privatização das dimensões sociais e especialmente dos campos comunais, na separação de produtores com os meios de produção (Marx, 2008), em processos que levaram à privatização generalizada das terras (Wood, 2000) e aos disciplinamentos do tempo (Thompson, 1998) e do comportamento dos corpos sociais em classes distintas, inclusive dos (literais) corpos femininos (Federici, 2017).

Como todos esses processos ainda estão em curso, de forma não-linear e inconclusos, nos mais variados territórios por onde se estendem os tentáculos da economia-mundo, nos dias atuais, as resistências e movimentos organizados nos permitem desnaturalizar a agudeza da soberania do indivíduo sobre o coletivo, do privado sobre o público, do cercado sobre o comum. Isso é possível porque, do ponto de vista do recorte de tempo e estrutura, os movimentos sociais são um fenômeno contingente da modernidade. Apesar de reconhecermos que os homens, mulheres e crianças se rebelaram, de formas mais ou menos organizada, em outros tempos e lugares, só podemos falar de movimentos sociais na acepção teórica e científica que a historiografia adota se articularmos o conceito às contradições inauguradas no mundo moderno (Duarte; Meksenas, 2008).

A historiografia dos movimentos sociais avançou sobremaneira nos

últimos cinquenta anos, mas é marcada por paradigmas originários e dissensos internos que, em muito, dificultam olhares não apriorísticos aos movimentos sociais como sujeitos da história. Em uma instigante revisão de literatura, Marco Pamplona (1996) nos mostra que, quando rompido o elitismo que invisibilizava os protestos populares, entre historiadores e historiadoras do século XX, eles surgiram na escrita da história inicialmente como turbas de forças espontâneas e irracionais, porquanto não se tratava de movimentos cuja organização e o programa estivessem claros ou se encaixassem na superação total das contradições da modernidade, especialmente o modo de produção.

George Rudé e Eric Hobsbawm são os pioneiros que inauguram essa historiografia dos movimentos sociais com enorme contribuição para a construção do campo da História Social, sendo, de início, também promotores dessa abordagem de compreensão originária (que será revista mais tarde inclusive pelo próprio Hobsbawm e outros marxistas britânicos) ao atribuírem características de “primitivos”, “pré-políticos” e “arcaicos” aos protestos populares anteriores, paralelos ou fora do movimento operário de programa revolucionário. Suas contribuições aos estudos que trataram das multidões na história são ainda incontornáveis para a historiografia dos movimentos sociais, mas Pamplona nos alerta sobre os pontos cegos dessa primeira leva de estudos, que hierarquizava o protesto popular colocando os revolucionários no lugar do protótipo ideal do que se pode conceituar de movimento social e produzindo, de maneira paradigmática, “os traços de uma perspectiva teleológica” que “aparecem inevitavelmente” (Pamplona, 1996, p. 218).

Mas foram os marxistas britânicos, com especial destaque para E.P. Thompson, e o próprio Eric Hobsbawm, além do já citado Charles Tilly, os historiadores que produziram as reflexões críticas destes pontos cegos e abriram janelas para uma vultosa história social renovada. As abordagens que levam em conta chaves como a “história vista de baixo para cima”, o conceito de experiência, de direito moral e as discussões sobre a processualidade histórica, subjetiva e dinâmica da formação da classe operária produziram a ampliação da noção dos movimentos sociais como partes da historicidade das lutas de classes e alertou para outras expressões culturais e simbólicas em que homens e mulheres comuns desvelam as contradições da modernidade e agem sobre elas.

Particularmente em relação aos movimentos sociais, além destas chaves interpretativas citadas, uma importante alteração foi se produzindo na dialética entre ciência e experiência, com a ruptura da soberania de inteligibilidade dos seus programas pelas suas lideranças. Se a ausência dessa inteligibilidade levava ao erro do espontaneísmo, Dieter Groh (1979) nos apresenta a proposta de que, ao esmiuçarmos as práticas dos processos pelas bases que os compõem, a noção de espontaneidade desaparece, porquanto níveis diversos de organização, ainda que mais horizontalizados, comunicações prévias e rascunhos de suas intencionalidades podem ser apreendidos aplicando-se a lógica de uma história vista de baixo também nos protestos e lutas populares, com efeito, deslocando-se dos líderes para as bases.

Algo parecido apresentou James Scott quando, ao analisar boicotes, ações coordenadas e cotidianas entre camponeses malásios, por meio de abordagens etnográficas, compreendeu como movimentos de resistências algumas expressões que fugiam de protestos tradicionais com programas explicitados, e chegou ao conceito de micro-resistências, as entendendo como:

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (Scott, 2002, p. 24).

Assim, mesmo quando, nos anos 1980 e 1990, na chamada crise paradigmática, alguns autores enunciaram o fim da história e o fim da centralidade do trabalho, pudemos recorrer a essa pujante historiografia para vislumbrar as frestas e problematizar o enunciado de uma pós-modernidade decretada sem a superação da modernidade e suas contradições, uma vez que ainda vivemos sob o mesmo modo de produção e relações de exploração, a despeito das reestruturações operadas pelo capital e suas novas performances. Sobre aquelas críticas, Ricardo Antunes nos lembra que não é possível decretar o fim da história e o fim do trabalho pois não superamos o capitalismo:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade

contemporânea, as tendências em curso (...) não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (...) As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (Antunes, 1999, p. 79).

Inspirados na epígrafe de nossa introdução, afirmamos que os movimentos sociais tensionam o *status quo* social, o capitalismo, mesmo quando não enunciam sua ruptura, embora o capital tenda a cooptar e fagocitar seus discursos, apropriando-se de suas pautas e repertórios. Isso não nos permite interditar esses movimentos sociais como sujeitos da história, nem afirmar que manifestações que se situam fora do eixo revolucionário são “perfumaria”, uma vez que reconhecemos que eles abrem janelas de visibilidade, com seus ruídos e constrangimentos, sobre as contradições sociais e alteram os contornos da realidade em sua superestrutura, seja na esfera dos direitos e da política, seja na esfera dos costumes e disciplinamentos. Posicionando-se a contrapelo, os movimentos sociais permitem enxergarmos problemas onde o discurso capitalista de progresso, da liberdade, do mérito e da igualdade tentam invisibilizar.

Os movimentos feministas e anti-racistas são exemplos destas considerações. Eles expressam as profundas contradições do nosso tempo, promovidas pelas lógicas dominantes que alicerçam o modo de produção, mas que não se vinculam automaticamente à esfera produtiva e ao projeto de sua superação, embora com eles se relacionem amplamente. É mais fácil enxergar estas relações quando se reconhece o trabalho doméstico e reprodutivo, e as desigualdades raciais como promotores indiretos da mais-valia, como bem demonstra Federici (2017) ao conceituar o “patriarcado do salário” e analisar as formas como o capital operou um processo de re-definição e desvalorização do trabalho feminino na Europa da acumulação primitiva, bem como instrumentalizou a racialização para sustentar a dominação pela escravidão nas colônias no mesmo período.

As chaves teóricas buscadas em movimentos sociais como Panteras Negras ou as lutas anticoloniais, por exemplos, despontam às perspectivas interseccionais, que, de acordo com Flávia Birolli e Luis Felipe Miguel, promovem

um salto analítico considerando que:

As diferenças de classe continuam fundamentais para o entendimento das assimetrias nas trajetórias das pessoas, colocando mulheres (e mesmo a população negra, mas em menor medida, pois a sobreposição entre classe e raça é bem maior) em posições diversas, por vezes até contraditórias entre si. E a compreensão de como gênero (e também raça) impacta as relações de produção é crucial para avançar na análise da sociedade capitalista, formando toda uma agenda de pesquisa cuja relevância é inegável, mas que permanece sub-explorada (Biroli; Miguel, 2015, p. 49).

Essas sínteses permitem fomentar as novas agendas de pesquisas e superar velhas querelas, como Maria da Gloria Gohn, em parceria com Breno Bringel, assevera:

Não se trata mais de contrapor “novos movimentos sociais” – nucleados em questões identitárias, tais como sexo, etnia, raça, faixa etária, etc, aos “velhos” movimentos sociais, dos trabalhadores, como Claus Offe e outro fizeram na década de 1980, por exemplo (...) Trata-se em suma de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que lhes têm atribuído sentidos, significados, e os têm trazido à luz no campo da investigação sociológica” (Gohn; Bringel, 2012, p. 12).

Ocorre que, mesmo com a inegável produção acadêmica que persistiu e resistiu às asfixias neoliberais do início do XXI, ainda nos mostramos incapazes de analisar os movimentos sociais sem incorrer em generalizações apriorísticas que ora os criminalizam, ora os idealizam, num pêndulo que nada contribui para o avanço do conhecimento sobre as permanências e metamorfoses da ação coletiva, das resistências e ativismos e dos problemas contemporâneos que os provocam ou por eles são produzidos. Um exemplo recente foi o episódio da queima da estátua de Borba Gato, na zona sul de São Paulo em 24 de julho de 2021². A cobertura midiática na ocasião mostrou-se pedagógica daquilo que queremos expor aqui, com destaque à presença do que Bourdieu, em “*Contrafogos*” (1998), chamou de “peritos”, em referência aos especialistas convidados pelas empresas de mídias para apresentarem um efeito de

² Um artigo sobre esse acontecimento, a partir de uma análise que considera a historicidade crítica do debate, encontra-se em <https://ponte.org/artigo-o-incendio-nao-comecou-e-nao-terminara-na-estatuado-borba-gato/>

autoridade para o consenso que (re)criam e, nesse caso, para a criminalização da ação direta.

Com a ajuda dos “especialistas”, incluindo historiadores e cientistas políticos, o debate sobre o movimento que culminou na manifestação na estátua, queimada com pneus (mas sem grandes prejuízos, porquanto a estátua se manteve ereta) não tardou a ficar circundado a termos como “vândalos” e “depredação da propriedade e patrimônio”. Mesmo nos círculos acadêmicos, entre grupos de redes sociais voltados a discussões da História, foi possível se deparar com análises apriorísticas e a persistente ideia de irracionalidade da turba, desvelando a força do paradigma originário do olhar sobre movimentos sociais.

As abordagens variam entre a criminalização e a frustração em torno de uma idealização do papel dos movimentos sociais de forma genérica, em que se afirmam a inutilidade do ato porque a queima do Borba Gato não alteraria o nosso passado colonialista e apenas destruiria uma obra artística (discutível) de patrimônio histórico. Aventou-se que as estátuas deveriam ser preservadas ou levadas a museus. Será essa a intenção dos sujeitos que realizaram o ato? Muito pouco se falou dos homens e mulheres reais envolvidos na ação direta, salvo notícias da prisão de suas lideranças. Sobre as experiências que precederam a manifestação, seus sujeitos, a organização do protesto, as intencionalidades e articulações com outros grupos e lutas, nem mesmo as demandas imediatas daqueles que ficaram mais conhecidos por conta da prisão, estas questões não foram publicamente debatidas, porque os especialistas já tinham uma opinião sobre protestos e ações diretas, e apenas a reformularam com termos que recriavam, por vezes, os paradigmas originários dos protestos populares.

É nesse sentido que o presente estudo tenta retomar não apenas os debates teóricos que ainda tornam opacas as pesquisas relativas aos ativismos e convidar pesquisadores e pesquisadoras à tarefa urgente e necessária de investigar os movimentos sociais nas suas experiências e relações concretas, nas ininterruptas recriações de ações e manifestações que incidem sobre a realidade e o cotidiano de forma onipresente, ainda que o discurso desmobilizador da passividade brasileira tente invisibilizá-los. A exemplo disso, encontra-se também os movimentos estudantis no Brasil. Ora acusados de

dispersão, de estarem presos às redes virtuais, ora acusados de vândalos, espontâneos ou massa de manobra, como quando tomaram as ruas como no 30 de maio de 2019³, os movimentos estudantis podem surpreender aqueles que repousam sobre a ideia de que os “jovens de hoje” são inertes ou desorganizados, basta que lancemos mão dos recursos disponíveis às ciências humanas sem olhares apriorísticos, pois isso seria, com efeito, uma espécie de negacionismo àquilo que a ciência já avançou na pesquisa.

1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL, PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES

Assim como os movimentos sociais são um “problema” da modernidade, os movimentos estudantis também se constituem na dialética da emergência da educação como território ou campo de dissensos/disputas no bojo da modernidade e, com maior ênfase, a partir da industrialização. Isso, no entanto, não se deu de imediato nem automático, considerando o campo educacional reduzido e elitista das primeiras entidades estudantis europeias, e mesmo brasileiras (Bittar; Bittar, 2014). Não se pode compreender o movimento social sem relacionar suas conflitualidades às estruturas e conjunturas que lhes são relativas, sem realizar a leitura crítica de suas antíteses, afinal, não se poderia olhar para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sem considerar historicamente a estrutura fundiária brasileira. O mesmo com os movimentos estudantis. É importante relacionar seus sujeitos e as estruturas e conjunturas que enredam suas lutas, conferindo análise crítica (histórica e dialética) ao objeto. Márcio Nunes Rabat nos lembra que os movimentos estudantis são constituídos por jovens:

A categoria “juventude” apresenta uma especificidade. Talvez, de todos os grupos mobilizáveis, seja aquele identificado pela característica (a idade) mais transitória. As pessoas são de determinado gênero ou etnia virtualmente por toda a vida. Muito dificilmente mudam de classe ou de nacionalidade. Mesmo o local de moradia pode permanecer estável, para grandes grupos humanos, por longo tempo. Mas a juventude tem prazo inexorável e relativamente curto para acabar. É claro que sempre há jovens em qualquer sociedade minimamente equilibrada. Mas os indivíduos que compõem a categoria

³ Sobre os protestos de maio de 2019, um exemplo noticiado encontra-se em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/30/4-dias-apos-atos-pro-governo-estudantes-voltam-as-ruas-contr-a-cortes.htm>

“juventude” estão sempre mudando. Isto traz algumas questões para a análise. Uma: a transitoriedade da situação tem influência sobre o tipo de questão que mobiliza os jovens? Outra: há interesses específicos da juventude? Terceira: o que acontece com os jovens que se inserem em movimentos sociais juvenis quando chegam à idade adulta? E muitas outras questões desse tipo podem ser levantadas (Rabat, 2002, p. 03-04).

Na esteira dessas reflexões, o autor pondera que, por mais que as configurações de classes não estejam definidas nas relações com a categoria da juventude, é possível considerar esses sujeitos como bastante propensos às transformações sociais e “abertos à mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios da juventude (ou de categorias específicas em que são maioria), como em nome de interesses mais gerais” (Rabat, 2002, p. 04). Um dos renomados estudiosos dos movimentos sociais, Alberto Melucci também expressa como característica ou natureza da juventude uma propensão para rupturas, ao analisar do ponto de vista das noções de tempo. Para ele:

Desafiando a definição dominante do tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis. E fazendo isto, eles apelam à sociedade adulta para a sua responsabilidade: a de reconhecer o tempo como uma construção social e de tornar visível o poder social exercido sobre o tempo. Tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos em nossa sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes simbolicamente contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder escondido atrás da neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade. (Melucci, 1997, p. 11)

De forma concreta, podemos enumerar experiências que configuraram a juventude como sujeitos dos movimentos sociais. Destacamos a reforma de Córdoba, de 1918, como um marco histórico das lutas estudantis a exigir a democratização do ensino superior, primeiro por se dar no início do século XX e, segundo, pelo fato de ter sido na Argentina, espelhando demandas articuladas às noções anticoloniais bastante ligadas aos contextos vividos pela América Latina naqueles tempos. Carlos Tünnermann, citado por Dalila Oliveira e Mario Luiz Azevedo, salienta que não se pode atribuir nenhum tipo de espontaneísmo ao movimento, considerando as condições e efervescências do pós – I Guerra na América Latina:

El movimiento, que evidentemente no se dio por generación espontánea sino como respuesta a una nueva situación social, no puede ser examinado únicamente desde su ángulo académico universitario, por importantes que sean los cambios que en este campo propició, como que de ellos emergen las características que distinguen a la actual Universidad Nacional latinoamericana. Necesariamente, tenemos que considerarlo dentro del contexto socioeconómico y político que lo originó (Tünnermann *Apud* Oliveira; Azevedo, 2008, p. 68)

Deste modo, admitindo que os elementos das estruturas e conjunturas corporificaram o movimento nas formas que ele tomou, esse olhar também nos permite compreender uma certa natureza do movimento estudantil, uma característica que parece se repetir nas suas manifestações, que é a dupla esfera de demanda como marca das suas lutas, do particular (o universo estudantil) para o geral (questões políticas e sociais que atingem o conjunto geral da sociedade em sua época). No que diz respeito à Reforma de Córdoba, as demandas que variaram entre exigência de concursos docentes, autonomia estudantil e democratização do ensino universitário não se descolavam da crítica às estruturas hierárquicas e tradicionais herdadas da metrópole espanhola, o que produziria uma identidade anticolonialista e latino-americana aos movimentos estudantis que se seguiram influenciados pela experiência argentina. Dalila Andrade e Mario Luiz Azevedo estudam as análises de Mariátegui sobre a Reforma de Córdoba de 1918 e concluem que o movimento esteve “longe de propor objetivos estreitamente universitários e é justamente por sua relação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos que pode ser compreendido como um processo de profunda renovação latino-americana” (Oliveira; Azevedo, 2008, p. 72).

Apesar de reconhecermos esta identidade, não podemos nos furtar de lembrar das representações construídas no movimento estudantil europeu de maio de 1968 e sua importância ao movimento estudantil brasileiro:

O processo, em síntese, partiu da França, Alemanha e Itália, estendendo-se em seguida para a Grã-bretanha e foi marcado pela tomada de consciência estudantil sobre o colonialismo, sobre as injustiças da exploração do Terceiro Mundo e pela libertação desses países contra o imperialismo. Foi assim, com bandeiras de lutas amplas e colocando abertamente ideais

socialistas, que os estudantes europeus escreveram, em maio de 1968, uma das páginas mais bonitas e incomuns da História da Educação (Bittar; Bittar, 2014, p. 147).

Michel Thiollent argumenta que as insatisfações e debates em torno da universidade francesa estavam articuladas a outros movimentos e questões de caráter transnacional, elencando os levantes envolvendo estudantes estadunidenses contra a Guerra do Vietnam, os movimentos sociais na Alemanha e destacando, inclusive, que “as lutas de estudantes do Brasil contra a ditadura foram comentadas na França, no início de 1968. Os movimentos de estudantes no México tiveram grande impacto até a sangrenta repressão anterior ao início dos Jogos Olímpicos” (Thiollent, 1998, p. 66). Esse autor ainda destaca que, assim como fora influenciado por experiências internacionais, o maio de 1968 produziu modelos e formas de contestação que se seguiram pelo mundo, incluindo a música de protesto, a comunicação dos grupos militantes e até suas estéticas. Não surpreende saber que a frase “é proibido proibir” era uma das pichações mais executadas nas manifestações. Também ressalta que aquele movimento “incentivou, em muitos lugares do mundo, a crítica coletiva do conhecimento ‘inadequado’, aquele que só é capaz de justificar o *statu quo*”. (Thiollent, 1998).

Com efeito, no Brasil, o movimento estudantil foi profundamente marcado por maio de 1968, inclusive porque vivíamos uma situação particular que em muito convergia à renovação das forças e formas de resistência: o acirramento da repressão pela ditadura civil-militar iniciada em 1964. Todavia, é importante demonstrar que o movimento estudantil não nasceu aí. Antônio Mendes Junior defende que os estudantes brasileiros iniciaram suas lutas ainda em um cenário incipiente de atividades individuais e até elitistas, e em um segundo momento construíram uma dimensão coletiva e de unidade. Já num terceiro momento, produziram uma estruturação e institucionalização, que acreditamos bastante marcada pela organicidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas não somente dela.

Apesar de compreendermos que o campo educacional brasileiro no seu advento é marcado pelo elitismo, Rabat (2002) nos alerta para o fato de que muitos movimentos sociais importantes no Brasil, como da Inconfidência e do

Abolicionismo, tiveram a presença de jovens estudantes:

Era intensa a vida intelectual na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para onde acorriam jovens de todo o Brasil. Dois episódios ilustram o tipo de motivação que entre os jovens militares de expressava. Em 1888, o cadete Euclides da Cunha, futuro autor de *Os Sertões*, grande clássico de nossas letras, em função de ato de propaganda republicana, atira o sabre ao chão na presença do Ministro da Guerra, correndo o risco de condenação à pena máxima. Em 1893, já proclamada a República, os “batalhões escolares”, formados de cadetes e universitários, agem contra a Revolta da Armada, de tendência monarquista (Rabat, 2002, p. 05).

Já com as demandas estudantis específicas, destacam-se a efêmera constituição de uma Federação Nacional dos Estudantes, em 1901, e a realização do I Congresso de Estudantes em São Paulo, em 1910, evidenciando o esforço de unidade desta categoria, apesar das ambiguidades de classe. Esta unidade parece bastante articulada ao movimento da institucionalização, mas também da emergência de um protagonismo juvenil em causas políticas gerais que tanto caracterizam os movimentos estudantis, pois:

Depois, os estudantes de Direito de São Paulo tomaram parte na Revolução de 1930 e na sequência, com o ambiente político marcado pelo nacional-populismo, passaram a atuar em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista, inserindo-se nas questões políticas nacionais da época. Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, nesse contexto, os estudantes brasileiros, recém-organizados, opuseram-se desde o início ao nazifascismo (Bittar; Bitarr, 2014, p. 150).

Isso explica por que a UNE, nascida entre 1937-1938, pouco tempo depois estabeleceu sua sede num movimento de expropriação ou tomada de um clube germânico de linha nazista, no Flamengo, Rio de Janeiro. Para estas autoras, a partir daí, o desenvolvimento da UNE foi marcado pela “campanha ‘O petróleo é nosso’; em seguida, na crise institucional ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), ela transferiu momentaneamente a sede da entidade para Porto Alegre, onde Leonel Brizola lançou a ‘Campanha pela legalidade’” (p. 150). Mais do que isso, o envolvimento cada vez maior com os problemas relativos à educação brasileira, cujas reformas não produziam efeitos qualitativos, demarcou a aproximação da UNE aos movimentos de Educação

Popular como os promovidos por Paulo Freire em Pernambuco e Rio Grande do Norte e grupos progressistas da igreja católica naquele período. Este engajamento da UNE provocou a identificação do movimento estudantil como grupo de esquerda e, com o golpe de 1964, a UNE teve sua sede invadida e passou a realizar seus congressos em lugares clandestinos.

Naquela conjuntura, o movimento estudantil lutava contra os acordos MEC-USAID, contra as medidas e presenças autoritárias nas universidades, a expansão privatista vislumbradas pelas reformas e contra a própria ditadura, em demandas que se articulavam com outros movimentos de resistência, como a operária e camponesa, porquanto a natureza política da educação estava mais exposta que em tempos democráticos.

Internamente, apesar de sempre apresentar correntes e a presença de partidos, ela se dividiria entre estudantes que adotaram a resistência pela luta armada e aqueles que não concordaram com a tática. Maria Paula Araújo também salienta que, embora politicamente engajado, também internamente o movimento estudantil catalisado pela UNE era conservador em pautas como da homossexualidade. Daniel Aarão Reis, historiador e militante, em depoimento a esta autora, foi quem alertou sobre estas contradições e ainda lembrou que a opção da luta armada pelo movimento estudantil precisa ser problematizada considerando a ruptura de uma leitura realizada a partir das lideranças:

Eu acho que é preciso ter a capacidade de distinguir entre as organizações revolucionárias e o movimento estudantil. Porque há uma tendência às vezes, romantizada, de imaginar o movimento estudantil de 1968 como revolucionário. Não é fato. Eu acho que migraram para a revolução, aderiram à revolução, boa parte das lideranças do movimento. Mas o movimento estudantil, como um movimento social, cresceu, encorpou, ganhou substância social em torno de um programa reivindicatório sindical e em torno de um programa político democrático. Abaixo à ditadura era uma palavra de ordem muito popular entre os estudantes em geral. Ou seja, houve um corte com o movimento estudantil quando boa parte das lideranças ingressou na perspectiva do enfrentamento armado (Araújo, 2007, p. 194)

Como afirmamos na primeira parte deste texto, o trecho acima explicita a necessidade de repensarmos as representações históricas sobre os movimentos sociais, uma vez que os discursos e conhecimentos produzidos em torno de suas

experiências aparecem fragmentados e insuficientes quando cotejados com perspectivas teóricas tais como a da “história vista de baixo para cima”, pelo esforço de compreender que não se pode definir o movimento social pelas ações exclusivas de seus líderes. A própria presença (criticada por muitos) de partidos no interior da UNE, como PCdoB, PCB, e depois, no processo da redemocratização, do PT, sincronicamente com outras correntes e renovadas disputas, evidencia o grau de complexidade que marcou sua história. Sem espaço para nos alongarmos aos sentidos que os dissensos da UNE podem tomar na história e memórias do movimento estudantil brasileiro, adiantamos que estas questões emergiram nos depoimentos trazidos por egressos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sobre os quais falaremos mais adiante.

Por agora, propomos concluir este item de retomada histórica com uma síntese que permita entrever variados esforços de renovação do movimento estudantil pós-ditadura civil-militar no Brasil. Nossa intenção é demonstrar que, mais pluralizado, ainda que em torno de uma estrutura tradicional de organicidade por unidades, o movimento estudantil brasileiro tem surpreendido em cenários de asfixia política neoliberal.

A redemocratização ampliou a diversidade de tendências e permitiu a constituição de outras unidades, de novas redes e com novos movimentos, como os que integraram o processo da Constituinte. Utilizando-se da chave teórica de Charles Tilly de ações coletivas, Bringel aborda a trajetória ulterior do movimento estudantil afirmando que:

[...] já na década de 1980, em um período de reconstrução institucional, viriam ainda o “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já”. Apesar de a atividade da sociedade civil permanecer forte, o cenário que emergia com o governo civil de Sarney até o impeachment de Collor de Mello estaria mais baseado na negociação que no conflito, em razão da saída formal dos militares do governo. Nesse período, as campanhas pela participação popular na Assembleia Constituinte teriam grande impacto, mas também serviriam para anunciar as dinâmicas futuras das lutas estudantis no País” (Bringel, 2009, p. 110).

Este mesmo autor alertou que, a despeito de hiatos de lutas no início dos

anos 2000 (e que valem a exceção de lembrarmos o engajamento estudantil nas lutas contra a ALCA), em 2007, ocupações de reitorias pulularam como repertório de manifestações de Centros Acadêmicos e Diretórios, exigindo melhorias como concursos públicos docentes. Para ele, estas manifestações expressaram algumas importantes mudanças no interior da organização dos movimentos estudantis, com maior democratização da informação e da comunicação; uso da internet e redes para formação e comunicação; maior horizontalidade nas deliberações e protagonismo das assembleias (em detrimento dos comitês); ausência de uma liderança definida e; um certo grau de imprevisibilidade. Por fim, considera que a diminuição da centralização para decidir o teor dos debates e ações coletivas a serem realizadas permitiram uma maior abertura nas tomadas de decisão relevantes e na definição das agendas (Bringel, 2009).

Na esteira desta renovação, os anos 2010 são cenário de experiências que demonstram, por exemplo, o fortalecimento dos estudantes secundaristas. O movimento secundarista se manteve no corpo da estrutura do movimento estudantil brasileiro tal como tradicionalmente estivera, cabe lembrar que o grupo também teve grande importância na resistência estudantil operada contra a ditadura, especialmente após a morte de um de seus militantes pela repressão em 1968. E atualmente o organograma do movimento, conforme explicitado pelo próprio site da UNE, constitui-se de unidades que, coletivamente, compõem de forma plural o movimento estudantil cuja unidade maior é latino-americana. Evidente que existem grupos independentes, mas com a estrutura institucionalizada mais reconhecida estão mais ou menos alinhavadas: a Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Estadual dos Estudantes (UEE); Diretório Central dos Estudantes (DCE), as unidades dos Diretórios Acadêmicos ou Centros Acadêmicos (DA ou CA), as Executivas de Curso, o Centro ou Circuito Universitário de Cultura e Arte, as Atléticas; Empresa Júnior; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Uniões Estaduais Secundaristas (UES); União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES); Grêmio Estudantil; Associação de Pós Graduandos (APG) e Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG).

Entre 2015 e 2016, iniciando em São Paulo, o movimento secundarista congregado a partir da UBES promoveu o que ficou conhecido como *Primavera Secundarista*. Corti, Corrochano e Silva explicam que:

Como reação à medida oficial de reorganizar a rede de escolas, fechando 94 unidades e remanejando alunos de outras 754, com enorme impacto na vida de estudantes, familiares e professores, um conjunto de estudantes da rede estadual deflagrou um processo de ocupação dos prédios escolares. No dia 9 de novembro de 2015, estudantes da Escola Estadual Diadema fizeram a primeira ocupação. No dia seguinte foi a vez da Escola Estadual Fernão Dias. Depois de um mês de mobilizações de rua, abaixo-assinados, tentativas de diálogo com diretorias de ensino e com o governo, e sem obter resultados, os estudantes optaram por uma estratégia inusitada de ação direta que logo se espalhou por todo o estado. No final de 2015, foram contabilizadas mais de 200 escolas estaduais ocupadas (Corti; Corrochano; Silva, 2016, p. 1160-1161).

Estes autores abordam os antecedentes, os contextos políticos e educacionais paulistas em crise desde pelo menos os anos 1990, bem como as articulações com coletivos (como o MAL-EDUCADO)⁴ e movimentos na proposição de debates que postularam a eficácia e antecederam as ocupações e, com isso, destituem a Primavera Secundarista de qualquer espontaneísmo que se possa atribuir. Também revelam a efetividade de organização das comissões internas entre os e as estudantes quando ocupavam as escolas, a despeito dos reiterados rótulos de *vândalos* que a mídia lhes atribuía, pois “do ponto de vista da organização interna, as ocupações privilegiavam o debate democrático entre seus integrantes, o que culminava no órgão deliberativo máximo, que eram as assembleias” (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016, p. 1169).

Se admitirmos que os secundaristas de São Paulo influenciaram as lutas estudantis que se espalharam pelo Brasil em 2016, poderemos reconhecer uma importante alteração nas trajetórias do movimento estudantil brasileiro, pois até então os movimentos maiores partiam dos estudantes universitários aos demais do corpo da estrutura estudantil no país. Em novembro de 2016, o Campus de

⁴ Sobre as relações e materiais do coletivo no contexto das ocupações secundaristas, além de pesquisas já realizadas, observamos reportagens que dão pistas das formas de organização do movimento, como em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448911113_482695.html

Três Lagoas, da UFMS, foi ocupado por seus estudantes a reproduzirem os repertórios de organização interna demonstrado pelos secundaristas em 2015. Este e outros episódios serão abordados abaixo, a partir das memórias de estudantes egressos dessa instituição.

Por enquanto, nos basta reconhecer a potência e a vitalidade do movimento estudantil a partir dos exemplos acima mencionados, confrontando as dificuldades operadas pelas classes dominantes/Estado às mobilizações e movimentos sociais, além do discurso de passividade que invisibiliza experiências da conflitualidade. Consideramos que a naturalização do individualismo neoliberal é sempre incompleta e passível de ruídos, quando cotejada a contrapelo, como evidenciaram as preocupações e posições coletivas dos e das secundaristas entre 2015 e 2016, além de sua imensa capacidade de capilaridade e mobilização pelo extenso território que alcançou. A negação da passividade como lugar-comum e da massa de manobra como resposta apriorística contribuem para o avanço do conhecimento sobre essas lutas e às próprias contradições sociais a que estamos submetidos.

2. O MOVIMENTO SOCIAL COMO CAMPO DE FORMAÇÃO NAS MEMÓRIAS DE ESTUDANTES DA UFMS

O advento da UFMS é posterior ao desenvolvimento do próprio movimento estudantil brasileiro, considerando as desigualdades geopolíticas do nosso país. Se comparada às universidades do histórico eixo central brasileiro, a UFMS é uma universidade jovem, nascida nos anos 1960. No website institucional, há um resumo sobre sua criação, de onde destacamos:

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina. O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados; incorporados à UEMT. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul⁵.

Nesses 60 anos, de sua criação aos dias atuais, a estrutura universitária ampliou-se no modo *multicampi*, que agora se estende para nove municípios do estado do Mato Grosso do Sul, além da Cidade Universitária, de Campo Grande, ofertando mais de uma centena de cursos de graduação e cerca de 60 de pós-graduação⁶.

A pesquisa aqui apresentada não pretende se definir como uma História do Movimento Estudantil na UFMS, porque reconhecemos sua dimensão exploratória e inicial, realizada como um esforço de primeiro levantamento de memórias e pistas sobre as relações entre egressos que militaram nos grupos estudantis organizados enquanto cursaram suas graduações ou pós-graduações e as interfaces do movimento estudantil brasileiro. Mas não nos preocupamos em fazer um levantamento sistematizado das formas com que se estruturaram os diretórios e centros-acadêmicos na Cidade Universitária e nos campi. É salutar considerar, portanto, que as memórias e análises aqui abordadas devem provocar ainda a sensibilização de futuras pesquisas acadêmicas para o aprofundamento do conhecimento do movimento estudantil na UFMS, seja como espaço formador, seja como movimento social.

Para esse levantamento, foi aplicado um questionário via formulário eletrônico e virtual, dividido em três sessões: a primeira constituía-se de um termo de livre consentimento, como previsto nas proposições de pesquisas com pessoas. Nesta etapa também ficou acordado o anonimato dos dados prestados pelos e pelas depoentes. A segunda sessão ocupava-se com as características de identificação das experiências de depoentes considerando os anos, cursos e locais em que tais estudantes haviam atuado. A terceira e última sessão considerava a experiência de modo subjetivo e qualitativo, consultando não

⁵ Retirado de <https://www.ufms.br/universidade/historico/> acessado em 16 de outubro de 2021.

⁶ Extraído de <https://www.ufms.br/video-institucional/>, acessado em 16 de outubro de 2021.

apenas as demandas que preocupavam os e as militantes do movimento estudantil no período vivenciado pelos e pelas depoentes quanto os impactos em suas profissões e formação. Foram obtidas 12 respostas com as entrevistas completas, sobre as quais, por meio da Tabela 1, podemos informar que alcançam, do ponto de vista do campus (local), do período (tempo de atuação, na graduação) e do curso, o seguinte cenário:

TABELA 1. DADOS DA SESSÃO 2 DO QUESTIONÁRIO.

Id.	Local/Campus	Período	Curso
E1	Campo Grande/Cidade Universitária	1984-1987	Pedagogia
E2	Campo Grande/Cidade Universitária	1988-1991	Ciências da Computação
E3	Campo Grande/Cidade Universitária	1980-1983	Farmácia
E4	Três Lagoas/CPTL	2016-2020	História
E5	Campo Grande/Cidade Universitária	1987-1991	Pedagogia
EG	Campo Grande/Cidade Universitária	1990-1996	Educação Artística
E7	Campo Grande/Cidade Universitária	1994-1997	Artes Visuais Bacharelado
E8	Três Lagoas/CPTL	1989-1996	Geografia
E9	Três Lagoas/CPTL	2010-2014	Geografia
E 10	Campo Grande/Cidade Universitária	1981-1984	Pedagogia
E 11	Três Lagoas/CPTL	2013-2017	Direito
E 12	Corumbá/CPAN	2013-2021	Psicologia

Fonte: Autora.

A ordem estabelecida na tabela acima origina-se do recebimento das respostas do formulário. A opção de transpô-la no texto se dá para que, no decurso da discussão sobre as memórias, ela possa servir como um guia que permita aos leitores identificarem questões pontuais sem que seja necessário carregar o texto com informações todas as vezes que os depoimentos surgirem. A partir dela, antecipamos também que as memórias variam de experiências vivenciadas entre 1980 e 2021, com ênfase à Cidade Universitária, ao Campus de Três Lagoas e, em menor expressão, ao Campus do Pantanal, sediado na cidade de Corumbá. Não estamos afirmando que o movimento estudantil na UFMS se limita ou se restrinja a estes espaços e tempos, uma vez que já

observamos aqui a natureza incipiente e exploratória da pesquisa. Isto é, os dados acima refletem as características dos sujeitos dessa pesquisa e não da totalidade ou representatividade geral do objeto. O formulário fora enviado a redes e grupos de relações que partiram do universo da pesquisadora (como redes sociais e grupos de *whats app*) mas que, por se tornar pública de modo virtual, não se preocupou em produzir respostas divididas igualmente por tempo e local, propondo a livre circulação em rede na busca aberta de escuta de egressos e egressas da UFMS e obtendo os resultados expressos na tabela acima.

Como se pode presumir pela Tabela 1, protegemos o anonimato das entrevistadas e entrevistados ao identificar suas respostas por meio da insígnia de E-nº, definida na articulação de Estudante e as variáveis do número de chegada do formulário. Outra estratégia para salvaguardar o anonimato se relaciona com a própria perspectiva historiográfica da pesquisa, uma vez que não direcionamos as entrevistas às lideranças, pois não seria difícil para leitores mais contextualizados com o universo da pesquisa relacionarem o curso aos nomes de líderes daqueles períodos.

No que se refere à organização do movimento estudantil no interior da UFMS, os depoimentos sugerem que ela é historicamente estruturada em DCE e CAs, mas uma leitura promovida sob aspecto da “linha do tempo” (de 1980 até 2021), as informações prestadas pelos depoentes parecem sugerir um movimento inicial, nos anos 1980, de disputa dessas instâncias por cursos e, após a virada do século, a luta se volta contra a fragmentação e perda dessa estrutura. Uma depoente nos informa que a sua memória marcante daquelas lutas nos anos 1980 foi “O fato de os cursos de licenciatura disputarem o DCE e ganharem a eleição. Até então este era um espaço exclusivo das engenharias e medicina” (E1). Depoimentos relativos aos anos de 1980 e 1990 mencionam a existência do DSE e CAs, mas depoimentos que versam sobre memórias dos anos 2000 e 2010 são mais difusos e diversos, alguns deles não reconhecem as referidas instâncias. Eles também variam de acordo com a localidade de atuação de depoentes e, nesse sentido, cabe destacar a complexidade expressa no depoimento abaixo:

Inicialmente (Primeiro semestre de 2016) conheci algumas/alguns estudantes que estavam propondo uma rearticulação do ME na UFMS. Logo que conheci essas pessoas, me engajei junto a elas na (re)construção do Movimento Estudantil no campus de Três Lagoas. Na época, não haviam DCE e nem DSE ativos no campus, somente alguns C.A's, mas com pouca atuação política nas pautas que estavam em debate naquele período. Diante desse cenário, convocamos algumas reuniões para nos articularmos junto a quem quisesse somar nas lutas e reivindicações do Movimento estudantil na UFMS/CPTL. Foi assim que fundamos a frente de luta estudantil M.E: 28 DM (Movimento Estudantil 28 de Março). Nós estávamos nos organizando de forma autônoma e horizontal e aos poucos fomos ganhando corpo, e cada vez mais estudantes foram se interessando pelas lutas que estavam sendo travadas pelo Movimento Estudantil como um todo. Já no final da minha graduação, algumas mudanças estavam acontecendo no que tange a organização do Movimento Estudantil na UFMS/CPTL. O DCE que estava centralizado apenas na UFMS da capital Campo Grande-MS, foi descentralizado a partir de uma chapa (Nossa Força, Nossa Voz) mais à esquerda que ganhou as eleições para assumir o DCE. Eu fiz parte dessa chapa como Secretário, mas também segui atuando como membro ativo da frente M.E: 28 DM. Junto a essas mudanças, também foi construído um DSE no campus de Três Lagoas, o que também foi de suma importância para os processos de luta que seguiram acontecendo desde então. (E4)

À leitura desse depoimento, é pertinente retomar a historicidade e características do movimento estudantil em Bringel (2009), para quem as categorias de centralização/descentralização tornam-se importantes instrumentos de análise no século XXI. É interessante observar outras geopolíticas possíveis nesta dinâmica, especialmente pela condição *multicampi* da UFMS. O movimento estudantil experimenta situações e condições diferentes em campus do interior em relação à Cidade Universitária, com nuances de disputas que reproduzem o debate “do centro às margens”, as configurações diversas e complexas que evidenciam camadas de pluralidade das lutas estudantis.

Como corolário, temos uma expressão do direcionamento descentralizador na comparação de dois depoimentos, em que o primeiro, referente aos anos 1990, menciona a UNE como universo maior de sua militância, descrevendo que “o DCE era muito ativo, as primeiras eleições democráticas presidenciais estavam acontecendo, os congressos da UNE eram

A nuvem de palavras não fala por si, mas nos ajuda a localizar temas-chaves acerca do problema proposto, no caso, das demandas presentes nas lutas que os e as estudantes rememoraram, cotejando suas reincidências, aos moldes da *análise de conteúdo* de Lawrence Bardin, para quem a investigação pelos códigos de comunicação “permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2016, p. 42). Nesse aspecto, observamos que as reincidências, ou o que definimos por demandas persistentes, são aquelas convergem com pautas estudantis relativas à permanência de alunos e alunas na universidade, ligadas a restaurante universitário, moradia estudantil e bolsas.

Relacionamos exemplarmente depoimentos que assinalam as lutas por “melhorias nas infraestruturas do curso, tais como equipamentos para laboratórios, mais salas de aulas adequadas, pela melhoria da biblioteca, das refeições do RU, no transporte público, na segurança do campus, dentre outras demandas importantes” (E7) e, para uma comparação simples: “1 - permanência na universidade, assistência estudantil. 2 - restaurante universitário, moradia estudantil. 3 - inserção da mulher nos movimentos políticos, política de LGBT e mais” (E11). Com eles podemos iluminar mudanças e permanências no repertório, considerando o primeiro referente aos anos 1990 e o segundo como rememoração do tempo mais recente, pós 2010. O aparecimento de pautas como LGBT e mulheres era uma hipótese para nossa investigação, ao considerar as relações das lutas estudantis com outros movimentos e coletivos. Mas nos surpreende que estes temas vêm acompanhados de itens que reincidem no tempo, especialmente a alimentação estudantil. As novas demandas não substituíram as antigas, muitas delas, lutas inconclusas que implicam na permanência e na materialidade da vida estudantil.

Nossa análise acompanha a leitura que a pesquisa fez a partir das respostas individuais: de forma sincrônica, repetem-se as demandas estudantis e alternam-se demandas políticas gerais, isto é, se nos anos 1980 a alimentação em bandeirão/restaurante universitário era demanda acompanhada de lutas pela redemocratização (E1), nos anos 2000, ela reincide, com outras roupagens e variações locais, mas acompanhada de outros problemas políticos, como da Reforma da Previdência (E4). É possível inferir que a universidade reage de

forma morosa e desigual, porquanto as questões acerca dos restaurantes universitários, moradia e permanência estudantil surgem como elementos comuns.

Outra lembrança sobre as demandas nos ajuda a compreender que suas experiências não são resumidas às naturezas das demandas porque elas variam inclusive com o desenvolvimento ulterior da vida do/a egresso/a, que eventualmente retorna para outro curso ou pós-graduação:

A principal demanda no CPTL sempre foi Moradia Estudantil e Restaurante Universitário. Esse último, depois de formado, após já estar em outro Estado, descobri que finalmente, depois de tanta luta, o RU foi implantado. No meu retorno ainda teve outra demanda: o preço o RU. Mas também teve a luta pela paridade nas eleições para reitor e diretor do campi. Em 2012/2013 também lutamos com alguns cursos do campi que estavam com faltas de professores (E9).

Há também a possibilidade de entrever conquistas que podem ter sido posteriormente naturalizadas como institucionais, a exemplo da gratuidade. Depoimentos referentes ao início dos anos 1980 alertam para uma taxa de anuidade (ou matrícula) que o movimento estudantil da época conseguira derrubar. Não encontramos menções na bibliografia referente à instituição, e não consideramos esta uma espécie de armadilha da memória, porque tal lembrança não se apresenta isolada, de forma individual. Consideramos, ao contrário, um possível apagamento operado pelos discursos oficiais, que acabou por naturalizar esta conquista como algo institucional e a-histórico, de forma a invisibilizar lutas, conflitos e sujeitos que lhes deram contorno. Tal compreensão serve mais como pistas para produzir novas investigações do que propriamente conclusões de pesquisa, mas é igualmente importante para nossa análise.

As memórias sobre formas de ação que impactaram também foram objeto de provocação de nossa pesquisa. As greves estudantis e ocupações prevaleceram. Um egresso rememorou que “Com a subida de preço do valor da refeição no RU, uma assembleia foi realizada no local no horário do almoço e, em protesto, decidimos tomar o RU e servir o almoço de graça naquele dia” (E2). Em outro depoimento, anotou-se destaque para “Eleição do DCE em 1989 (retomada do diretório), V COUNI em 1990, participação na campanha para

eleição do reitor” (E5), ou ainda em memórias de enfrentamento como “Creio que as panfletagens e lambe-lambe nas madrugadas, além da ameaça vinda de um militar de que meu dossiê constava nas dependências do Exército. Brinquei e disse que exigia minha foto com camiseta vermelha nesse dossiê!” (E8).

Também é possível espreitar dissensos quando indagamos as memórias de ações que impactaram os/as depoentes, como o que se expressa em “Ter a minha denúncia no MPF acatada e as bolsas permanência e auxílio alimentação regularizadas, com a comprovação de irregularidades por parte da UFMS. Isso acarretou no rompimento com o CA de Psicologia e com o DCE que não estavam de acordo com a denúncia” (E12). Ainda nesta categoria, destacamos o depoimento que narrou repertórios e ações alusivas as já citadas ocupações estudantis, em que o egresso destacou duas situações:

A primeira delas, foi a da Ocupação dos dois *campus* da unidade CPTL da UFMS em novembro de 2016. Foi muito marcante pra mim, por ser um dos que tiveram a coragem de passar o cadeado nos portões da UFMS para propor um espaço de luta e de debates naquele momento tão crítico e ao mesmo tempo de inércia por parte da comunidade acadêmica, que encontrava-se preocupadas com festas e eventos esportivos, enquanto não apenas as áreas voltadas para a educação estavam em crise, mas também a economia, a saúde, e demais setores de um país inteiro que já estava entrando em um colapso ainda mais grave do que o de governos anteriores. O Segundo momento que eu posso afirmar que foi muito marcante na nossa trajetória, foi o da luta de boicote contra o valor abusivo do Restaurante Universitário. Nós estávamos cansados de ver estudantes tendo que ir embora por não conseguirem se manter estudando no campus de Três Lagoas e decidimos realizar uma série de boicotes ao R.U. que durou alguns dias onde nos revezamos para cozinhar e levar esses alimentos para frente do R.U a um preço acessível (muitas vezes distribuir de graça) para estudantes que não podiam ou não queriam pagar aquele absurdo de 10, 11 R\$ por um bandejão. Com alguns dias de boicote, recebemos a notícia de que os valores seriam reduzidos e tivemos uma das nossas maiores vitórias enquanto militantes/estudantes do Movimento Estudantil da UFMS. (E4)

Ao abordar as situações que foram marcantes em sua militância estudantil, o egresso aponta uma vivência experimentada entre 2016 e 2020 que converge com memórias do depoente 2 (1988-1991), que já citamos, evidenciando como as lutas se repetem, também por conta da diversidade de campi e tempo abordada, mas especialmente porque a instituição parece não

consolidar determinados direitos como política institucional geral.

Por fim, a última categoria abordada no levantamento das memórias era a reflexão dos e das depoentes sobre a dimensão da militância estudantil no próprio processo formativo. Aqui temos uma espécie de unanimidade, porque os doze depoimentos estão carregados da atribuição de importância do movimento estudantil como elemento da formação profissional e/ou daquilo que Paulo Freire propugnava, que é a formação sobre e a partir de uma leitura crítica do mundo. Não faltaram testemunhos dessa dimensão, bastante aglutinados como movimento educador para consciência, a exemplo dos primeiros, como da egressa que assinalou, sobre sua participação no movimento estudantil, que “foi nele q construí a consciência de luta de classe e portanto, a valorizar desde então os espaços de luta da classe trabalhadora” (E1). O segundo depoimento trazia que o estudante “tinha pouca experiência política, pela minha história de vida, e o movimento estudantil foi transformador. Sou uma pessoa melhor e mais consciente depois daqueles anos” (E2) e o terceiro, a egressa assinala que “foi marcante para minha formação enquanto cidadã, o movimento ampliou minha visão do país e dos seus problemas” (E3). Conforme os depoimentos se aproximam de lembranças de tempos recentes, eles parecem potencializar essa dimensão educativa já abordada nos demais, trazendo elementos de configuração profissional ligados à formação militante:

Acredito que sem essas experiências eu não estaria onde estou. Hoje sou Professor, Educador Popular e Sindicalista. Me fez ter contatos com Movimentos Sociais como o Movimento por Moradia, Pela Reforma Agrária e dos Atingidos por barragem, os quais tenho muita proximidade hoje em dia. Minha visão de luta começou no Movimento Estudantil e isso tem se mostrado cada dia mais importante para a minha vida. Quem vive o ME, passa a vida respirando Luta! Como diria o ME de 2010, quando ingressei: MUDAR É POSSÍVEL! (E9, grifo do depoente)

O mais recente, cuja estudante se formou em 2021, reitera essa intersecção percebida entre profissão e militância, ao afirmar que “A Psicologia e sobretudo a Psicanálise são eminentemente e obrigatoriamente políticas. Abster-se de enfrentamentos por medo é faltar com a ética profissional desde a universidade” (E12). Com tais discursos, como sustentar a ideia de passividade atribuída aos jovens do tempo presente?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste texto, defendemos que os movimentos sociais devem ser compreendidos pelos/as pesquisadores/as como sujeitos da história. Para tanto, evidenciamos os percursos da historiografia diante desse objeto e propusemos aderir à utilização de instrumento teóricos como a “história vista de baixo”, a noção de experiência, a interdisciplinaridade e a interseccionalidade, a ideia de agência e transformação histórica operada por homens, mulheres e crianças nos contornos da realidade, ainda que nem sempre promovendo rupturas radicais e estruturais. Entendemos, junto com Bourdieu, que os movimentos sociais não precisam se justificar de forma revolucionária porque já causam ruídos suficientes para nos mostrar contradições de nossa sociedade. Portanto, por existirem, já contribuem com as possibilidades do devir histórico.

Tais instrumentos permitiram uma análise panorâmica aos movimentos estudantis com momentos de correlação entre os acontecimentos assumidos coletivamente pela juventude no Brasil e no mundo, suas representações e os pontos cegos acerca das histórias e memórias a eles endereçados, a se pluralizarem nesse grau responsável e necessário de amplitude e relativismo que a História Social propõe operar. Um exemplo foi a abordagem fomentada “de baixo para cima” que o depoimento de Daniel Aarão Reis proporcionou à leitura das ações do movimento estudantil da UNE em tempos de ditadura civil-militar.

Com estes conhecimentos fundamentando uma proposta de pesquisa, realizamos um levantamento com doze egressos da UFMS que aceitaram responder a um questionário de caráter e fins acadêmicos rememorando suas passagens na vida universitária, no que diz respeito especialmente às lutas estudantis, entre os anos 1980 e 2021. Nem todos eles estavam vinculados à UNE e o processo de descentralização foi mencionado por mais de um depoente que atuou dos anos 2000 para o tempo presente, o que nos permite considerar que as análises construídas no bojo desse referencial arrojado coadunam com a materialidade de experiências produzidas inclusive nas margens dos sistemas educacionais e políticos, no que diz respeito às suas resistências.

Um dos maiores ganhos da pesquisa foi a análise comparativa das memórias de demandas. Elas expressaram tanto a dupla esfera das lutas do movimento estudantil quanto suas variações e reincidências no interior de uma universidade de caráter *multicampi*, demonstrando graus maiores de complexidade do que prevíamos inicialmente. A alimentação e moradia permanecem como pautas presentes no passado e no presente, antes na Cidade Universitária e depois no interior, mas acompanhadas de lutas gerais da sociedade brasileira, seja a democratização pós-ditadura, seja a luta contra as reformas da previdência ou mesmo sobre os direitos LGBT. As pautas não se anulam, se acumulam na experiência histórica do movimento estudantil. As que incidem sobre a vida material não interditam pautas conhecidas (muitas vezes de modo pejorativo) como identitárias. Lutas estudantis são espaços formativos e conscientizadores, como revelaram essas memórias.

Se, a despeito dos polos de representações do vandalismo à passividade, foi possível entrever tantas lutas, demandas persistentes e novas, reincidentes ou não, estudantis e gerais, vislumbrar articulações entre coletivos e movimentos, conhecer repertórios de ações como ocupações e barricadas em restaurantes universitários, panfletagens e lambe-lambes, apenas com uma provocação que perdurou três dias de vigência de um formulário proposto a egressos e egressas da UFMS, possibilitando inferências que incidem sobre o movimento estudantil na história da educação brasileira e no Mato Grosso do Sul, supomos ter conseguido gerar, no mínimo, a justificativa para a abertura de uma nova janela de pesquisas sobre nossa formação, sobre uma formação que não se resume à carteira do aluno e da aluna, porquanto se dá de forma indiscutivelmente impactante quando realizada nos bate-bocas daquilo que deveria constituir-se como uma pedagogia de assembleia, tão necessária e urgente para promover a formação de homens e mulheres politicamente saudáveis em nossa frágil democracia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis**: Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a

- centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2016.
- BIROLI, F, MIGUEL, L. F. "Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades". **Mediações**, vol. 20, nº 2. Londrina, 2015, pp. 27-55
- BITTAR, M; BITTAR, M. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **Eccos**, n. 34, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRINGEL, B. O futuro anterior: Continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **Eccos**, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan.-jun. 2009.
- CORTI, A. P. O, CORROCHANO, M. C. e SILVA, J. A da. "Ocupar e Resistir": A Insurreição dos Estudantes Paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016.
- DUARTE, A. L, MEKSENAS, P. História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. **Diálogos**, 12(1), 119-139, 2008.
- FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017
- GOHN, M. G; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GROH, D. *Base-Processes and the Problem of Organization: Outline of a Social History Research Project*. **Social History**, v. 4, n. 2, p. 265-283, May 1979.
- SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, pp. 10-31.
- MARX, K. **O Capital** – crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.
- MENDES JR, A. **Movimento Estudantil no Brasil**. Coleção Tudo é História, Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, D. A.; AZEVEDO, M. L. N. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918): ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? In SADER, E, GENTILI, P, & ABOITES, H. (Orgs.), **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después** (p. 66-78). Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- OLIVEIRA, M.E. Tabela 1 – Dados dos depoentes obtidos pela Sessão 2 do Formulário (Identificação, Campus, Período, Curso), outubro de 2021.
- OLIVEIRA, M.E. Figura 1 . Nuvem de Palavras obtida a partir das memórias registradas sobre demandas de lutas estudantis. Software: WordCloud, outubro de 2021.

PAMPLONA, M. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 17, 1996, pp. 215-238.

RABAT, Marcio Nuno. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil**. Consultoria Legislativa, Brasília, 2002.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, 2010.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social; Rev. Sociol da USP**. São Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UFMS (Website institucional). **Histórico**. In <https://www.ufms.br/universidade/historico/>

UFMS (Website institucional). **Vídeo Institucional**. In <https://www.ufms.br/video-institucional/>

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. In. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.